

HISTÓRIAS DO SILÊNCIO NO CABILDO CARABALÍ VIVÍ DE SANTIAGO DE CUBA

PERERA DÍAZ, Aisnara; MERIÑO FUENTES, Maria de los Ángeles. *El Cabildo Carabalí Viví de Santiago de Cuba: familia, cultura y sociedad (1797-1909)*. Santiago de Cuba: Oriente, 2013. 305p.

No ano de 1823, o governador de Santiago de Cuba recebeu um recurso no qual José Ramón de Granda apresentava uma reclamação formal contra Antonio Mozo de la Torre que, na época, era ninguém menos que o rei do Cabildo Carabalí Viví da cidade. José Granda, membro do mesmo cabildo, acusava Mozo de la Torre de não possuir as condições necessárias para exercer tão importante cargo, já que sua queda pela bebida o fizera protagonizar cenas vexatórias que há muito envergonhavam os demais membros da associação; isso sem contar a acusação de desvio de verba da instituição, fato que Granda também atribuía à má condução de Mozo de la Torre. Depois de ouvir um total de trinta e três testemunhas, o governo de Santiago decidiu destituir Antonio Mozo do cargo máximo a que um africano poderia chegar dentro da estrutura administrativa de um cabildo de nação, e foi decretado o fim de seu reinado. Todavia, sem se dar por vencido, Antonio Mozo, um africano de origem carabalí que já havia sobrevivido às agruras da escravidão,

recorreu da decisão apelando para a Audiencia de Puerto Príncipe, instância máxima do poder judiciário em Cuba. Contando com a competência do procurador José de Muses (que desautorizou boa parte dos testemunhos utilizados por Ramón Granda) e fazendo uso de argumentos que remontavam à legitimação ancestral do cargo real dos cabildos de nação, em janeiro de 1827, Antonio Mozo voltaria a ser o rei dos carabalí vivís de Santiago de Cuba.

Longe de ser uma anedota, a disputa mencionada acima foi tomada como porta de entrada, pelas autoras deste livro, para a complexa rede de relações que marcaram os cabildos de nação de Cuba. Esses cabildos eram organizações de caráter étnico que reuniam africanos e seus descendentes com o objetivo de devoção católica, ajuda mútua e manifestações festivas, entre outras. No caso em pauta, o cabildo agregava originalmente africanos embarcados em Calabar Novo ou Calabar Velho, portos do tráfico transatlântico de escravos no delta do rio Níger, na

atual Nigéria. Segundo as próprias autoras, o livro é fruto, justamente, das indagações geradas a partir do exame do documento que descrevia o incidente acima narrado. A disputa de poder entre dois membros de um mesmo cabildo de nação e a dimensão que esse conflito tomou demonstravam que tais instituições não se restringiram apenas à organização das festividades do Dia de Reis que tomavam as ruas de praticamente todas as cidades de Cuba.

O livro de Aisnara Perera e Maria Meriño recupera um tema abordado em obras clássicas de Fernando Ortiz,¹ propondo um distanciamento crítico que permite vislumbrar os cabildos de nação para além do seu exotismo — que maravilhou muitos viajantes que estiveram em Cuba no século XIX —, na medida em que tais instituições não foram simples agrupamentos de “nações africanas” como se acreditou por algum tempo. Em parte devedoras dos estudos de Pedro Deschamps Chapeaux,² as autoras reforçam uma importante

agenda da histografia cubana, que, nos últimos vinte anos, redimensionou o papel desempenhado por diferentes organizações e instituições criadas por africanos (livres e escravos) em Cuba, propondo, assim, um diálogo direto com os importantes trabalhos de Gloria García, Maria del Carmen Barcia e Olga Portuondo Zúñiga.³

Conforme sublinhado pelas autoras, o livro está longe de ser uma obra fechada sobre o Cabildo Carabalí Viví de Santiago de Cuba, mesmo porque ainda há uma quantidade expressiva de documentos disponíveis nos arquivos cubanos que não foram trabalhados, bem como uma série de articulações entre o cabildo e a cidade de Santiago de Cuba que podem ser aprofundadas. O que Aisnara Perera e Maria Meriño apresentam é uma análise daqueles que consideram os aspectos principais para o estudo das dinâmicas urbanas do cabildo, no amplo recorte temporal que abarca os anos de 1797 a 1909, escolha pouco ortodoxa para pesquisas fundamentadas na baliza da história social. Nesses mais de cem anos, Cuba (de forma geral) e Santiago (de forma particular) passaram por importantes mudanças em suas estruturas social, política

¹ Fernando Ortiz, *Los negros brujos*, Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 2007; Fernando Ortiz, *Hampa afro-cubana: los negros esclavos. Estudio sociológico y de Derecho Público*, Havana: Revista Bimestre Cubana, 1916.

² Importantes trabalhos de Pedro Deschamps Chapeaux sobre a ativa participação da população negra na história cubana durante a vigência da escravidão são: *El negro en la economía habanera del siglo XIX*, Havana: UNEAC, 1971; *Los cimarrones urbanos*. Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 1983; e de Pedro Deschamps Chapeaux e J. Perez de la Riva, *Contribución a la historia de la gente sin historia*, Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 1974.

³ Gloria García Rodríguez, *La esclavitud desde la esclavitud*, Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 1996; Maria del Carmen Barcia Zequeira, *Los ilustres apellidos: negros en la Habana colonial*. Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 2009; Olga Portuondo Zúñiga, “Cabildos negros santiagueros”, *Del Caribe*, n.32 (2000), pp.78-85.

e econômica, com a intensificação do tráfico de escravos (entre 1789 e 1860), o fim da escravidão (1886) e a luta pela independência (1898), para citar apenas alguns dos grandes marcos. Fundamentadas em uma abordagem temática e de longa duração, as autoras explicam que

[...] este livro trata, na realidade, de histórias paradigmáticas de homens e mulheres anônimos que lidaram com a adversidade da escravidão e organizaram sua vida sociocultural [...] em um mundo de contratos dissimilares que diferenciava o ser humano por sua condição, sua qualidade e seu nível de fortuna. (p.17)

A escolha pelas histórias miúdas de carabalís vivís em Santiago de Cuba é coerente com trabalhos anteriores das autoras que, partindo de pesquisa documental de fôlego e grande conhecimento dos arquivos cubanos, elegeram a micro-história como a perspectiva teórico-metodológica para recuperar parte das dinâmicas que permitiu a muitos escravos de Cuba (africanos e crioulos) reconstruir laços de família e parentesco, bem como diferentes engajamentos na luta pela liberdade.⁴ Contudo, no livro em questão, a opção pelos

⁴ Aisnara Perera Diaz e Maria de los Ángeles Meriño Fuentes, *Esclavitud, familia y parroquia en Cuba: otra mirada desde la microhistoria*, Santiago de Cuba: Editorial Oriente, 2006; e *Para librarse de lazos, antes buena familia que buenos brazos. Apuntes sobre la manumisión en Cuba*, Santiago de Cuba: Editorial Oriente, 2009.

“homens e mulheres anônimos” não foi tratada da mesma forma em toda a sua extensão, o que criou uma “diferença de escalas” que nem sempre deu conta da complexidade dos temas que as autoras buscavam tratar, ainda que muitos silêncios fossem por elas identificados.

Preocupadas em compreender as origens dos carabalís vivís e os meios pelos quais esses africanos escravizados chegaram até Santiago de Cuba, Aisnara Perera e Maria Meriño organizaram a primeira parte do livro a partir do exame de fontes secundárias (ou primárias, mas publicadas, como relatos de viagem) e dos debates travados pela historiografia mais recente sobre a baía de Biafra e suas conexões com o Novo Mundo.

O primeiro capítulo da obra é todo dedicado ao exame dos ibíbios, povos que viviam no sudeste do Velho Calabar e que, em Cuba, teriam dado origem aos carabalís vivís. A escolha em começar o livro analisando dinâmicas numa área específica do continente africano demonstrou que as autoras estão em pleno diálogo com importantes trabalhos que tomam o “Atlântico como um rio”, o que possibilita um estudo mais aprofundado das trocas e heranças culturais criadas e recriadas entre localidades africanas e americanas.⁵ Fazendo uso de relatos deixados

⁵ A imagem do Atlântico como um rio foi elaborada por Alberto da Costa e Silva, *Um rio chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003. Nessa obra, o autor defende

por viajantes que visitaram a região entre o século XIX e as primeiras décadas do século XX e, sobretudo, apoiando-se em bibliografia específica, Aisnara Perera e Maria Meriño elegeram a família extensa e as sociedades secretas como dois pilares axiais no exame das dinâmicas socioculturais e políticas dos ibíbios, cuja principal atividade econômica consistia no plantio do inhame, como sublinhado mais de uma vez pelas autoras. Essas duas unidades de organização social, cuja importância foi referendada pela historiografia examinada, serviram como uma espécie de matriz cultural aos ibíbios escravizados nos diferentes processos de reconstrução de laços identitários no Novo Mundo.

No segundo capítulo do livro, a imobilidade histórica com a qual as autoras narraram os aspectos que caracterizaram a noção de identidade e de pertencimento dos ibíbios deu lugar a um exame mais dinâmico dessas sociedades, quando Aisnara Perera e Maria Meriño analisaram o comércio atlântico de escravos, focando na travessia dos africanos escravizados que viviam na baía de Biafra. Assim como no capítulo anterior, as ponderações e análises feitas pelas autoras são calcadas sobretudo no exame da bibliografia sobre

que o oceano facilitou a comunicação na era moderna, unindo África e Brasil. Tal perspectiva também pode ser encontrada em Roquinaldo Amaral Ferreira, *Cross-Cultural Exchange in the Atlantic World*, Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

o tema que, por sua vez, é uníssona em apontar a complexidade das relações comerciais estabelecidas pelos ibíbios no comércio de africanos escravizados. Ainda que constituíssem um mesmo grupo linguístico, eles estavam divididos em diferentes sociedades que se inseriram, de maneira distinta, no infame comércio, de tal modo que, durante a vigência do tráfico, existiram ibíbios escravizadores e escravizados. Não por acaso, as autoras reservam um espaço significativo para o exame dos efiks, grupo ibíbio cujos membros eram conhecidos como exímios comerciantes antes mesmo do contato com os europeus e que tiveram papel ativo no tráfico de carabalís para Cuba, pois criaram uma verdadeira rede de aprisionamento que ligava os negociantes britânicos a um circuito de escravização que chegava até as imediações do rio Cross, região limítrofe da influência efik.

Graças à forte presença britânica nessa região da África, as autoras apontam que esses africanos escravizados eram, grosso modo, levados até o Novo Mundo por traficantes ingleses, que fizeram da Jamaica um importante entreposto do comércio de escravos no Caribe. A proximidade da cidade de Santiago com a colônia inglesa foi fundamental para que a classe senhorial da parte Oriental de Cuba tivesse acesso a africanos escravizados, já que, como pontuado pelos trabalhos de José Luis Belmonte e Olga Portuondo, o difícil comércio de cativos em

Cuba privilegiava a sacarocracia de Havana, mesmo depois da liberação do tráfico pela Coroa espanhola em 1789.⁶

Desembarcados em Santiago de Cuba, qual era o percurso traçado por esses escravos nomeados de carabalí até a (re)construção de identidades que fugissem da lógica do tráfico? Na tentativa de responder tal pergunta, o terceiro capítulo do livro — que pode ser tomado como uma espécie de parêntese teórico — é o momento em que as autoras enfrentaram o polêmico e crucial debate sobre as origens e as reconstruções das identidades na diáspora africana no Novo Mundo. Para tanto, elas revisitaram como os conceitos de etnia e etnicidade foram concebidos pelos estudos clássicos que se debruçaram na análise da diáspora ibíbio em Cuba, mostrando que o termo carabalí (oriundo de um erro na hora de registrar os escravos vindos da região do Velho Calabar) abarcava diversos grupos étnicos cujas diferenciações por vezes fugiram dos registros paroquiais e das escrituras

de compra e venda de escravos, assim como das análises posteriores feitas por antropólogos, historiadores e linguistas.

Na segunda parte do livro, composta de apenas um capítulo, Aisnara Perera e Maria Meriño analisam os cabildos carabalís criados em Santiago de Cuba. De acordo com as autoras, tais organizações foram fundamentais para a reconstrução de laços de parentesco de africanos e seus descendentes (libertos e escravos) e para a rememoração de práticas oriundas do outro lado do Atlântico. Todavia, como bem pontuado,

[...] os cabildos constituíram-se como espaços restritos de participação política e que nem todos — como em seus povos e aldeias — tiveram a mesma capacidade para responder as convocatórias, afiliar-se a certos postulados ou optar por estratégias similares de mobilidade social (p.98).

Fazendo uso de documentos produzidos pela burocracia administrativa da ilha e de obras que analisaram os cabildos de nação de Cuba, as autoras demonstram que tais associações não foram espaços de organização massiva de africanos, o que não significa dizer que seu impacto foi menor na formação do complexo cultural afro-cubano. Parte da complexidade que marcou as dinâmicas de funcionamento dos cabildos começou a ser tratada pelas autoras nesse momento do livro. A forte presença escrava nas associa-

⁶ J. L. Belmonte Postigo, “El impacto de la liberalización de la trata negrera en Santiago de Cuba, 1789-1794”, *Tiempos de América*, n.14 (2007), pp.35-47; J. L. Belmonte Postigo, “Brazos para el azúcar, esclavos para vender. Estrategias de comercialización en la trata negrera en Santiago de Cuba, 1789-1794”, *Revista de Indias*, v.70, n.249 (2010), pp.445-68; e Olga Portuondo Zuñiga, *Santiago de Cuba, desde su fundación hasta la Guerra de los Diez Años*, Santiago de Cuba: Editorial Oriente, 1996.

ções, a hierarquia estabelecida entre e pelos seus membros, e a ressignificação que os africanos fizeram de uma instituição criada pela Igreja Católica são alguns dos pontos levantados. Conforme sublinhado pelas autoras,

[...] o cabildo de nação [foi] o espaço reinventado pelos africanos desde o começo da viagem pelo mundo atlântico quando, nomeados de ‘carabelas’ em uma travessia carregada de privações e infortúnios, começavam, inclusive, a fundar a família ampliada (p.109).

A importância que as autoras atribuem à noção de família extensa vivenciada pelos ibíbios não é aleatória. Na terceira parte do livro, composta de seis capítulos, Aisnara Perera e Maria Meriño propõem um mergulho no microcosmo dessa extensa família que, nesse lado do Atlântico, conseguiu se ressignificar sob as vestes de um cabildo de nação. Partindo de uma vasta e aprofundada pesquisa nos arquivos cubanos, as autoras revelam alguns dos silêncios que existiram dentro do próprio Cabildo Carabalí Viví, comprovando o que já haviam anunciado antes: tais associações foram muito mais complexas do que suas festividades e coletas de esmolas faziam parecer.

Graças às histórias miúdas finalmente tecidas pelas autoras, é possível compreender, por exemplo, como os edifícios pertencentes ao Cabildo Carabalí Viví se localizavam em uma

área tão central de Santiago; como o pertencimento a esse cabildo permitiu que africanos (muitos deles escravos) transitassem entre o perímetro urbano e as imediações rurais de Santiago; quais foram as relações (quase sempre polêmicas) que os administradores do cabildo estabeleceram com seus membros ainda escravizados; as disputas de poder e acusações de má conduta que dividiram os membros do cabildo; e até mesmo as inúmeras posturas criadas pelas autoridades cubanas na tentativa de controlar o funcionamento da instituição que permitia que o “fogo” das casas africanas permanecesse aceso num mundo marcado pela escravidão e pela racialização das relações sociais.

O peso da escravidão está em praticamente todos os casos narrados pelas autoras que, no entanto, optaram por um exame que permitisse vislumbrar as negociações e os conflitos travados por africanos que se reconheciam como pertencentes a um mesmo grupo étnico-linguístico. De tal modo, ao dar voz a histórias até então silêntes, Aisnara Perera e Maria Meriño não só ofereceram uma interessante contribuição aos estudos da diáspora africana nas Américas, como convidam para novas pesquisas que busquem entender a complexidade das sociedades do Novo Mundo marcadas pela escravidão moderna.

Ynaê Lopes dos Santos
ynaels@hotmail.com
Pesquisadora bolsista do CPDOC-FGV